



ENTRE VIVÊNCIAS E(DE)FORMAÇÕES: GÊNERO E SEXUALIDADES NAS ESCOLAS SOTEROPOLITANAS.

Eixo Temático: Gênero, Sexualidades e Políticas Educacionais

Selma Reis Magalhães¹

Resumo:

A proposta é apresentar, aqui, o resultado da pesquisa sobre questões de gênero, sexualidades e políticas educacionais desenvolvidas entre os anos de 2013-2017 nas escolas públicas da cidade de Salvador. A metodologia consistiu em entrevistas semiestruturadas com professores e gestores, totalizando dez participantes. As entrevistas foram gravadas em áudio e o resultado divulgado com o consentimento dos participantes. A técnica da entrevista, portanto, compõe o processo de interação social e atrai combinações de tendências que se aglutinam entre a teoria e a estratégias para análise de dados. Nesta perspectiva, para análise dos dados foi utilizado o estudo de caso como método, por si tratar de um referencial com potencialidade que envolvem instâncias em ações com visões amplas e complexas.

Palavras-chave: Gênero. Sexualidades. Políticas educacionais


Entre o tradicional e o revolucionário, o que pensam os professores das escolas públicas de Salvador sobre o ensino de gênero e sexualidade nas escolas?

Pesquisas relacionadas a gênero e sexualidades nas políticas educacionais precisam ser entendidas a partir das representações tanto das esferas privadas, no que diz aos valores morais e éticos dos professores e professoras seja da educação básica ou superior; quanto das políticas educacionais cuja representatividade está nos governos federal, estadual e municipal do Brasil. Na visão de Jovchelovitch (2000), isso significa aprofundar discussões sobre as ancoragens e conceitos de espaços potenciais presentes nas constituições subjetivas de cada ser humano como indivíduo e como coletividade. Assim, mapear através do campo das significações, os discursos que definem a maneira espaços públicos e privados representam suas experiências, que são simbólicas, sobre gênero e sexualidades para a educação.

Os resultados aqui apresenta dos no Seminário Corpo, Gênero e Sexualidades, na área temática gênero, sexualidades e políticas educacionais vem de uma pesquisa desenvolvida junto ao CNPq sobre “Juventude, Gênero, Sexualidade, Família e Escola -(Perfil da população escolar jovem (15-29 anos) e expectativas em relação à escola - Bahia e Brasil e estudos de

¹ Doutora/SEC-BA/reisselma74@gmail.com



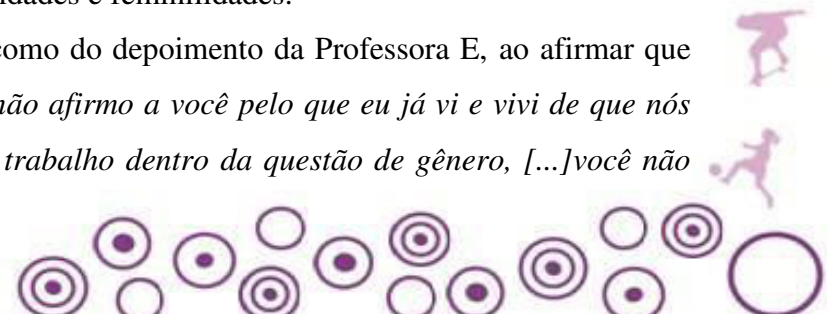


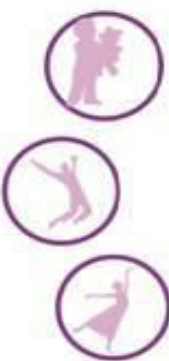
caso com ênfase em percepções sobre formação escolar e o lugar da família e da escola quanto à sexualidade, - Salvador e Jequié, Bahia)”, entre os anos de 2013 a 2017. Cabe, aqui, apresentar alguns resultados da pesquisa em Salvador, com professores e gestores da rede pública, na educação básica.

Falar de educação em relação a gênero e sexualidades através das políticas educacionais é abrir espaços para se discutir as relações de poder que se estabelecem numa unidade escolar, como instituição social. Para Foucault (FOUCAULT, 2004, p. 193), o poder acontece como uma relação de forças, o qual “deve ser analisado como algo que circula, ou melhor, como algo que só funciona em cadeia. [...]. O poder funciona e se exerce em rede” Assim, pensar a relação de poder, é pensar primeiro os valores pessoais de cada professor (as) como pessoa. Neles estão inclusos os valores éticos, morais e religiosos que atuam como uma força que, disciplina e controla seus pensamentos e ações. Portanto, através de suas experiências pessoais definem gênero e sexualidades como saberes concretos ligados aos sexos, em que os corpos precisam ser disciplinados e adestrados nas relações humanas. Isso implica numa série de prescrições e dão respostas as resistências quando uma aula, por exemplo, é sobre diversidade sexual.

Durante a pesquisa foi fácil perceber na fala e expresso dos professores entrevistados, os discursos generalizados sobre gênero e sexualidades oriundos de uma formação histórica deficiente. Suas falas são carregadas de simbolismos que desencadeiam uma série crenças e conceitos inconscientemente ligados ao preconceito. Tomando como exemplo o depoimento da **Professora C**: *“Trabalhar o gênero, eu não sei, se você quer trabalhar na questão do gênero no sentido de quantitativo mais masculino e feminino ou falar do gênero em quanto o respeito entre esses dois, esses dois núcleos que é o homem e a mulher”*, é possível perceber que são posições presas a um corpo anatômico e fisiológico para os sexos; portanto, não conseguem conceber os significados de gênero subjacentes, nem as escalas sexuais presentes no cotidiano dos sujeitos que transitam pelas escolas. O corpo sexuado é compreendido através dos “roteiros” (GAGNON, 2006) quando os sujeitos estruturam os cenários de desejo e construções de si mesmo. Há o poder simbólico, em que o corpo sexuado aparece como agente de objetivação mais natural, organizado com sistemas e órgãos capazes de expressar sentimentos e desejos mais concretos para os sexos, ou seja, um sistema socialmente construído para as masculinidades e feminilidades.

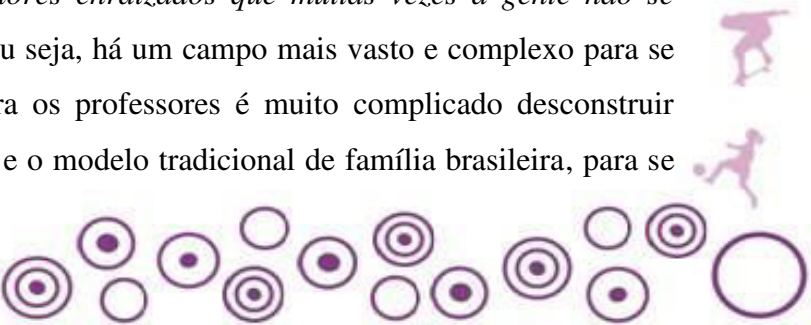
Romper essa barreira incomoda, como do depoimento da Professora E, ao afirmar que *[...] pela experiência que eu tenho, eu não afirmo a você pelo que eu já vi e vivi de que nós professores tenhamos a experiência do trabalho dentro da questão de gênero, [...]você não*






vai levar isso para sala de aula dentro de uma análise minuciosa. E digo a você, boa parte dos profissionais nunca desenvolveu atividades que tivessem correlacionados com sexo, com gênero. Pelo contrário, nos ambientes que eu trabalhei, em nenhum era citado, até porque é uma abordagem que incomoda, é uma abordagem que desestrutura e é uma abordagem que ainda assim existe resistência de serem discutidas, por várias situações, por várias questões, por desconhecimento, por resistência[...]. Através dos depoimentos, pode-se compreender que o corpo sexuado funciona “como sistemas de esquemas de percepção, de pensamento e de ação” (BOURDIEU, 1999, p. 17) para conduta social de machos e fêmeas.

Parafrazeando Louro (2010), na escola esses profissionais se servem de símbolos e códigos que separam e instituem os modelos permissíveis ou naturalizam os papéis e funções para os sexos. Não negam a visibilidade das diferenças de comportamento, das identidades e das representações marcadas pela desconexão do corpo biológico em relação ao corpo social, como revela a **Professora C**: “[...]você tem o masculino, feminino e agora você tem o homossexual, você tem a lésbica dentro da escola, então como lidar com isso? Pessoas que tiveram uma formação e tem um, um, um, assim, um arcabouço de valores enraizados, que não tem essa predisposição para o olhar adiante. Então, vivenciar todo esse processo é complexo[...]”, mas nas entrelinhas, esses profissionais alimentam através dos padrões binários a manutenção das desigualdades de gênero de sexualidades no processo pedagógico. Em relação às políticas públicas educacionais, esses mesmos profissionais demonstram ausência de conhecimento mais apurado para a temática em questão. Não negaram conhecimento que o Plano Nacional de Educação e os Planos Estaduais e Municipais de Educação tragam debates envolvendo gênero nas escolas, mas pontuam o não envolvimento na construção dos mesmos como depõe o **Professor S** “[...] de fato tem mudanças, mas em prática mesmo, muitas das leis infelizmente ficam na teoria, então [...] não, não li ainda, não tomei conhecimento, tô bem atrasado nos detalhes dessa nova lei”. As falas, em alguns momentos, indiretamente condizem com o que é defendido pela bancada conservadora quando pede a retirada dos Planos Estaduais e Municipais de Educação de temas ligadas a gênero e sexualidades nos currículos escolares, como no depoimento da **Professora A**, quando afirma: “A gente muitas vezes, enquanto educador tenta levar o mundo nas costas, mas a gente não consegue porque a gente tem as nossas fragilidades, a gente tem as nossas contradições, a gente tem os nossos valores enraizados que muitas vezes a gente não se permite também abrir mão disso [...]”, ou seja, há um campo mais vasto e complexo para se definir as representações dos sexos. Para os professores é muito complicado desconstruir papéis e funções dos homens e mulheres e o modelo tradicional de família brasileira, para se

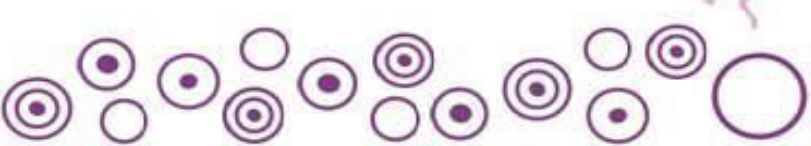





criar novos dispositivos ligados a comportamentos e desejos sem repressão. Observa-se, portanto, ainda muito enraizada as “prescrições e as proscricões do patriarcado privado com as de um patriarcado público, inscrito em todas as instituições encarregadas de gerir e regulamentar a existência quotidiana da unidade doméstica[...].” (BOURDIEU, 1999, p. 105).

São situações pontuais e em determinado momento da pesquisa, a homossexualidade, por exemplo, é considerada um “terceiro sexo”, como na fala da Professora C, que afirma: “[...] *essa questão da sexualidade, que é fortíssimo atualmente e é importante porque também como já disse na formação do profissional de educação não está focada, não atende (eh) a essa mudança de comportamento [...] uma realidade que os professores estão vivenciando que é o terceiro sexo, vamos dizer assim né? Porque você tem o masculino, feminino e agora você tem o homossexual, você tem a lésbica dentro da escola, então como lhe dar com isso?*”. Se fizermos a leitura do Plano Estadual de Educação da Bahia– PEE-BA, veremos que o mesmo defende as diretrizes de inclusão e superação das desigualdades de gênero no âmbito das políticas educacionais, com ênfase no desenvolvimento integral do sujeito, na promoção da cidadania e na erradicação de todas as formas de discriminação e na promoção dos princípios do respeito aos direitos humanos e à diversidade. Entretanto, há um hiato entre as propostas das políticas educacionais e a formação dos professores. São depoimento sem que encontramos elementos que nos permitem fazer uma análise daquilo que é real entre os discursos parlamentares, os valores defendidos pelos professores e a ausência de formação. Em poucas palavras, uma ausência de conhecimentos concretos que operacionalizem situações ligadas a gênero e sexualidades nas escolas de Salvador. Para ilustrar, recentemente o Conselho Nacional de Educação (CNE) aprovou o projeto de lei que autoriza o uso do nome social para transgêneros, travestis e transexuais nas escolas para estudantes maiores de dezoito anos. Trata-se do Projeto de Lei 8174/17, apresentado pelo deputado André Amaral (PMDB-PB) que altera o texto da Lei 13.444/17, que cria a Identificação Civil Nacional (ICN), sancionada pelo presidente Michel Temer em maio do ano passado. O uso do nome social é um elemento constitutivo de representação fundada no respeito às diferenças, que permite dar significado e compreender as complexas conexões que formam as identidades sociais.

Para contrapor, na Bahia, o Plano Estadual de Educação e em Salvador O Plano Municipal de Educação, quando em votação na Assembleia Legislativa sofreu alteração em cinco artigos do projeto inicial substituindo o ensino de gênero e diversidades sexuais, ainda, no ensino fundamental por “respeito à diversidade” com a manutenção da orientação nas escolas baianas do respeito às diversidades em relação aos direitos humanos e controle à intolerância. Um momento ímpar para se discutir o porquê de não haver, em Salvador, reações



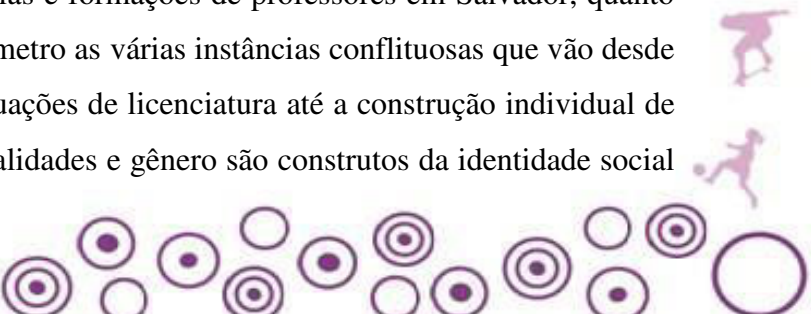


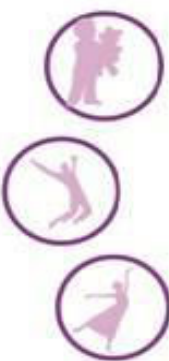
adversas as bases conservadoras que aproveitam a má formação dos professores e alimentam como defesa a responsabilidade das famílias quanto a educação sexual e de gênero de crianças e adolescentes. Em relação a esta questão a **Professora C** nos diz: *“a escola não tem nenhum trabalho focado nessa questão de gênero nem sexualidade. Trabalhar o gênero, eu não sei, se você quer trabalhar na questão do gênero no sentido de quantitativo mais masculino e feminino ou falar do gênero enquanto respeito entre esses dois núcleos que é o homem e a mulher, do homem respeitar a mulher enquanto mulher e assim a mulher respeitar o homem quanto homem [...]”*. É importante ressaltar que tanto heterossexismo, como a homofobia instauram-se nesse cenário de discussões e agem como controle e vigilância, não somente da conduta sexual, mas, sobretudo, das expressões ligadas as identidades dos corpos sexuados.

Através dos depoimentos de alguns professores (as) aqui evidenciados observamos que há complexas situações que envolvem sexualidade, gênero e políticas educacionais nas escolas de Salvador, um dos locais da pesquisa. O que nos leva a necessidade de repensar e discutir segundo Gadotti (2012) uma educação revolucionária, cujos paradigmas devem representar “Pedagogias dos Conflitos” nas transformações de um sistema social como a escola. Para Saviani (2008), seria pensar a “Pedagogia Revolucionária” dentro de uma visão crítica como instrumento equalizador social de superação das marginalidades sociais, aqui entendida não como o ignorante, mas como o recusado. A essência de tal pedagogia centra-se na igualdade real e na importância da transmissão dos conhecimentos, no repensar o caráter mecânico e artificial em que os conteúdos da escola tradicional estiveram até então ancorados.

Também se pode pensar questões de gênero e sexualidades nas políticas educacionais a partir da “Pedagogia do Armário e do Insulto” que interpelam a omissão ou o desconhecimento por parte dos educadores que não se consideram responsáveis por situações das quais não sabem lidar, como, por exemplo, trabalhar gênero e sexualidades na sala de aula. Isso implica em situações de fronteiras onde os mesmos atuam com os dispositivos de controle e agem ou discussão através das forças de dominação. Por “Pedagogia do Armário” entende-se um “conjunto de práticas, relações de poder, classificações, construções de saberes, sujeitos de diferenças que o currículo constrói sob a égide das normas de gênero e da matriz heterossexual” (JUNQUEIRA, 2013, p. 481).

Pode-se concluir que a pesquisa traz situações singulares para se analisar, discutir, debater as representações entre as vivências e formações de professores em Salvador, quanto a gênero e sexualidades tendo como parâmetro as várias instâncias conflituosas que vão desde a formação desses profissionais nas graduações de licenciatura até a construção individual de identidade. Questões relacionadas a sexualidades e gênero são construtos da identidade social





não negada pelos professores da natureza dos sexos. É importante ressaltar a construção das categorias de masculinidades e as escalas de sexualidades constituintes das representações valorativas entre os sexos não é percebido como processo dinâmico aos quais os indivíduos estão sujeitos. O corpo, portanto, se constitui a partir de um conjunto de referências de identificação biológicas, cristalizado ou modelado por relações de poder e inseridas num contexto grupal, tornando-se sujeito pontual das ações coletivas.

Referências

- BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Difel, 1999.
- FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. 23. ed. São Paulo: Graal, 2004.
- GADOTTI, Moacir. **Educação e poder**: introdução à pedagogia do conflito. 16. ed. São Paulo: Cortez, 2012.
- GAGNON, John. **Uma interpretação do desejo**: ensaios sobre o estudo da sexualidade. Rio de Janeiro: Garamond, 2006
- JOVCHELOVITCH, Sandra. **Representações sociais e esfera pública**: a construção simbólica dos espaços públicos no Brasil. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.
- JUNQUEIRA, Rogério Diniz. Pedagogia do armário: a normatividade em ação **Revista Retratos da Escola**, Brasília, v. 7, n. 13, p. 481-498, jul./dez. 2013. Disponível em: <<http://www.esforce.org.br>> Acesso em: 05 out. 2014.
- LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação**: uma perspectiva pós-estruturalista. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.
- SAVIANI, Dermeval. **Escola e Democracia**. Campinas, SP: Autores Associados, 2008. (Coleção educação contemporânea) “Edição Comemorativa”.





UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE - FURG

Catálogo na Publicação:

Bibliotecária Simone Godinho Maisonave – CRB -10/1733

S471a Seminário Corpo, Gênero e Sexualidade (7. : 2018 : Rio Grande, RS)

Anais eletrônicos do VII Seminário Corpo, Gênero e Sexualidade, do III Seminário Internacional Corpo, Gênero e Sexualidade e do III Luso-Brasileiro Educação em Sexualidade, Gênero, Saúde e Sustentabilidade [recurso eletrônico] / organizadoras, Paula Regina Costa Ribeiro... [et al.] – Rio Grande : Ed. da FURG, 2018.

PDF

Disponível em: <http://www.7seminario.furg.br/>

<http://www.seminariocorpogenerosexualidade.furg.br/>

ISBN:978-85-7566-547-3

1. Educação sexual - Seminário 2. Corpo. 3. Gênero 4. Sexualidade I. Ribeiro, Paula Regina Costa, org. [et al.] II. Título III. Título: III Seminário Internacional Corpo, Gênero e Sexualidade. IV. Título: III Luso-Brasileiro Educação em Sexualidade, Gênero, Saúde e Sustentabilidade.

CDU 37:613.88

Capa e Projeto Gráfico: Thomas de Aguiar de Oliveira
Diagramação: Thomas de Aguiar de Oliveira

